

Débora Carlotto Botan de Souza

**DESCONSIDERAÇÃO
(INVERSA)
DA PERSONALIDADE
JURÍDICA**

**A Atuação Estatal para
Prevenir Abusos**

Curitiba
Juruá Editora
2015

Visite nossos *sites* na Internet
www.jurua.com.br e
www.editorialjurua.com
e-mail: *editora@jurua.com.br*

ISBN: 978-85-362-5386-2

JURUÁ
EDITORA

Brasil – Av. Munhoz da Rocha, 143 – Juvevê – Fone: (41) 4009-3900
Fax: (41) 3252-1311 – CEP: 80.030-475 – Curitiba – Paraná – Brasil

Europa – Rua General Torres, 1.220 – Lojas 15 e 16 – Fone: (351) 223 710 600 –
Centro Comercial D'Ouro – 4400-096 – Vila Nova de Gaia/Porto – Portugal

Editor: José Ernani de Carvalho Pacheco

Souza, Débora Carlotto Botan de.

S729 Desconsideração (inversa) da personalidade jurídica:
a atuação estatal para prevenir abusos./ Débora Carlotto
Botan de Souza./ Curitiba: Juruá, 2015.
254p.

1. Desconsideração da personalidade jurídica. 2. Per-
sonalidade (Direito). I. Título.

CDD 347 (22.ed.)
CDU 347.471.032

000129

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SOB O PRISMA DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E A INTERVENÇÃO DO ESTADO NAS RELAÇÕES JURÍDICAS ENTRE PARTICULARES	19
1.1 Relação Entre Direito e Economia	24
1.2 Intervenção do Estado na Atividade Econômica	28
1.3 Fundamentos Constitucionais da Ordem Econômica	33
1.4 Princípios Constitucionais da Atividade Econômica	34
1.4.1 O princípio constitucional da livre concorrência.....	38
1.4.2 O princípio constitucional da livre-iniciativa	40
1.4.3 O princípio constitucional da propriedade privada	43
1.4.4 O princípio constitucional da valorização do trabalho humano	46
1.4.5 O princípio constitucional da função social da propriedade....	48
1.4.6 A função social da empresa.....	51
1.5 A Jurisdição e a Intervenção do Estado nas Relações Jurídicas	53
1.5.1 Relações entre sujeitos privados e atuação estatal.....	56
1.5.2 Relações entre particulares e o poder público	58
1.5.3 Limites à intervenção judicial do estado nas relações jurídicas.....	63
1.5.4 A jurisdição como limitadora ao abuso (de direito de constituição ou desconstituição das pessoas jurídicas) dos particulares nas relações jurídicas	66
1.6 Fundamentos da Repressão ao Abuso do Poder Econômico – os Particulares	68
2 A DIVISÃO ENTRE BENS PESSOAIS E BENS DE EMPRESA: UM ESTUDO SOBRE A PERSONALIDADE JURÍDICA	71
2.1 Desenvolvimento Histórico da Constituição da Empresa.....	74

2.2	Diretrizes Constitucionais para a Constituição da Empresa na Ordem Econômica	79
2.3	A Personalização da Pessoa Jurídica Como Meio de o Estado Fomentar o Desenvolvimento Econômico e Social	81
2.4	Origem e Definição de Pessoa e Personalidade Jurídicas.....	84
2.5	Constituição da Personalidade Jurídica	95
2.6	Efeitos da Personalidade Jurídica	97
2.7	Término da Personalidade Jurídica.....	101
2.8	Opacidade e Transparência Societária	102
2.9	A Crise da Pessoa Jurídica.....	104
3	O DESENVOLVIMENTO E CONTEXTUALIZAÇÃO DA DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA: PRESSUPOSTOS DOUTRINÁRIOS, DO DIREITO COMPARADO E NOVAS FORMAS	111
3.1	Histórico da Doutrina da Desconsideração da Personalidade Jurídica	120
3.1.1	Contribuição de Rolf Serick para a <i>disregard doctrine</i>	123
3.1.2	Contribuição de Piero Verrucoli, para a <i>disregard doctrine</i>	130
3.2	Aplicação da <i>Disregard Doctrine</i> , no Direito Comparado	132
3.2.1	Direito norte-americano	132
3.2.2	Direito alemão	136
3.2.3	Direito francês	138
3.2.4	Direito inglês	141
3.2.5	Direito italiano	144
3.2.6	Direito espanhol	146
3.2.7	Direito português.....	147
3.2.8	Direito argentino.....	148
3.3	Formas Anômalas de Desconsideração Inversa da Personalidade Jurídica	151
3.3.1	Desconsideração inversa da pessoa jurídica	153
3.3.2	<i>Piercing the corporate veil doctrine</i>	158
3.4	Os Ramos Didaticamente Autônomos do Direito e a <i>Disregard Doctrine</i>	160
3.4.1	Direito civil	161
3.4.2	Direito comercial	165
3.4.3	Direito do consumidor.....	167

3.4.4	Direito falimentar	172
3.4.5	Direito do trabalho	173
3.4.6	Direito tributário.....	177
3.4.7	Direito econômico.....	179
3.4.8	Direito ambiental.....	180
4	ABUSOS DO DIREITO DA PERSONALIDADE JURÍDICA COMO PRESSUPOSTOS PARA SUA DESCONSIDERAÇÃO PELO ESTADO: ENTRE A SUBSTÂNCIA E O PROCESSO.....	183
4.1	Fundamentação Jurídica para a Aplicação da <i>Disregard Doctrine</i> , no Direito Brasileiro	184
4.2	Abuso de Direito	188
4.2.1	Teoria subjetiva.....	191
4.2.2	Teoria objetiva	194
4.3	Abuso de Formas.....	196
4.4	Fraude.....	198
4.4.1	Fraude à lei.....	199
4.4.2	Fraude ao Estatuto Social	201
4.5	Confusão Patrimonial	202
4.6	Desvio de Finalidade	205
4.7	Aspectos Processuais da Aplicação da <i>Disregard Doctrine</i>	208
4.7.1	Impossibilidade da <i>disregard doctrine</i> , nos autos da execução	209
4.7.2	Possibilidade da <i>disregard doctrine</i> , nos autos da execução.....	212
4.7.3	Situações peculiares no âmbito processual da desconsideração.....	216
4.7.4	Novas situações regulamentadas no novo Código de Processo Civil sobre a desconsideração da personalidade jurídica	218
4.7.5	Procedimento administrativo para desconsideração da personalidade jurídica	221
	CONCLUSÃO	229
	REFERÊNCIAS	233
	ÍNDICE ALFABÉTICO	241